

SESSÃO TEMÁTICA Nº 22 - Governo Aberto e Transparência

COLETIVOS EM REDE PARA A DEFESA DA MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DO INSTITUTO BIXIGA EM SÃO PAULO

Camile Katlen Lino de Almeida

RESUMO SIMPLES:

Tendo por base teórica estudos sobre a Participação Social e Democracia do Patrimônio Cultural brasileiro, o objetivo desta pesquisa foi analisar a participação social espontânea na proteção do Patrimônio Cultural a partir de movimentos nas redes sociais, com estudo de caso sobre o Instituto Bixiga, na cidade de São Paulo. A metodologia da pesquisa é ainda exploratória, de abordagem interpretativa, de teor qualitativo e se valendo das regras da etnografia digital para analisar a militância desse movimento e suas discussões em temas de Memória, Identidade e Patrimônio Cultural. Essas mobilizações foram analisadas em duas categorias: (1) as categorias organizacionais do movimento: número de participantes; design e estilo de informações e comunicação nas redes; agentes líderes e agentes seguidores; estratégias de mobilizações e de ações propostas; e (2) as categorias de conteúdos de militância: bens culturais (materiais e imateriais) e locais a que se referem ou focam; tema de memória, patrimônio ou identidade que enfatizam e como os discutem. Como resultados desta pesquisa, evidencia-se um protagonismo social importante do Instituto Bexiga em questões de memória e patrimônio cultural, principalmente na educação patrimonial e de participação social.

RESUMO EXPANDIDO:

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a participação social espontânea na proteção do Patrimônio Cultural a partir de movimentos nas redes sociais, com estudo de caso sobre o Instituto Bixiga, na cidade de São Paulo. O problema desta pesquisa foi: como se organizam e como militam movimentos sociais em rede que têm como elementos centrais de suas pautas a proteção da Memória, da Identidade e do Patrimônio cultural, na cidade de São Paulo?

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é exploratória, de abordagem interpretativa e de natureza qualitativa, com análise e acompanhamento das Redes Sociais do Instituto Bixiga, por meio do método da Etnografia digital, principalmente por ser uma pesquisa associada ao campo on-line e de natureza qualitativa. Após uma busca nas redes sociais vinculadas ao tema de memória e identidade na cidade de São Paulo, encontrou-se quatro redes: Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP); Grupo Ururay; Movimento Cultural da Penha; e o Instituto Bixiga. Este último foi selecionado por, dentre eles, ser: 1) o mais ativo, atualmente; 2) versar sobre o contexto da cidade de São Paulo e; 3) manter um bom manancial de atividades e informações em seu site e em suas redes. A coleta de dados foi nos sites de comunicação do Instituto Bixiga, juntamente com uma observação não

participante online, acompanhando as discussões nos grupos ativos, os projetos atuais e os arquivos compartilhados nas suas redes sociais. Essas mobilizações foram então, analisadas em termos de duas naturezas de categorias: (1) *as categorias organizacionais do movimento*, que envolve olhar o movimento como uma organização de ação coletiva, em termos de: a) número de participantes; b) design e estilo de informações e comunicação nas redes; c) distinção entre agentes líderes e agentes seguidores (quantitativo e qualificação dos agentes líderes); d) estratégias de mobilizações e de ações propostas; e (2) *as categorias de conteúdos de militância*, ou seja, que discussões e ações levam a cabo e como definem seu campo de atuação, seus valores e princípios, seus contextos, seus combates, em termos de: a) bens do patrimônio cultural (materiais e imateriais) e locais a que se referem ou focam; b) como definem e valorizam temas de memória, patrimônio ou identidade; c) quais deles enfocam e como os discutem; d) concepção do contexto da sua ação, de suas oportunidades, ameaças e ideias de contraposição às suas sobre o Patrimônio Cultural e a Memória Paulista.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A democratização do patrimônio cultural envolve um processo que inclui, segundo Albernaz (2020), duas funções estatais qualificando tal democracia: (1) a função delimitativa dos enclaves patrimoniais, construída na base comunitária e reconhecida pelo estado e pela sociedade e; (2) a função condicionante da vitalidade social com o patrimônio, promovida com as forças do Estado. O protagonismo do patrimônio cultural é um fato ora antropológico ora societal, segundo Botelho (2016), ou seja, no primeiro sentido, o patrimônio envolve um movimento de mobilização da própria comunidade na escala cotidiana, e na dimensão societal, ele depende de uma estrutura organizacional especializada, no caso, dentro do Estado, para ser reconhecido, protegido e gerenciado. A democratização refere-se a uma maior interação entre essas duas dimensões (antropológica e societal), onde cada qual aproveita as forças da outra.

A memória coletiva, por sua vez, segundo Halbwachs (1993), consiste em colocar o indivíduo como o sujeito que lembra, mas sendo ele considerado como sempre inserido e habitado por grupos de referência, já que a memória é tanto construída em grupo, como envolve um trabalho do próprio sujeito. Na noção de memória coletiva, explica Schmidt (1993), o passado pode ser re-significado no compartilhamento coletivo, o que denota a importância de movimentos sociais que o tematizam e formem um sentido de identidade no tempo que não é estanque. É notável, destacam os citados autores (2007), que o número de museus e casas culturais cresça para acompanhar esse ritmo de apropriação coletiva da memória, e que instituições de patrimônio vão se abrindo para os recursos (tecnológicos, de conhecimento e de ação), na atualidade, para dar conta dessa diversidade de temas, acessibilidade e reformulação cultural.

Além disso, essa abertura e diversidade ensejam outras variantes a serem tratadas na gestão do patrimônio cultural, defendem Hernandez e Tresseras (2007), como o conforto e a clareza nas informações, a comunicação e disseminação dos saberes do patrimônio, a análise de público e de suas necessidades, e principalmente, a criação coletiva de narrativas patrimoniais, por intensa participação das comunidades envolvidas. Exige-se, assim, para tal democracia no patrimônio cultural, os três elementos da cidadania cultural, afirmados por Chauí (2008) - produzir, fruir e participar na gestão da cultura. E isso ocorre com maior protagonismo social e interação entre Instituições memoriais e seu público (LOPES, 2009).

Estudos como os de Nascimento e Scifoni (2015), Reis (2019), Paiva (2019) e de Ferreira e Pacheco (2022) também demonstram essas demandas comunitárias, a favor da

ação estatal, ou buscando participar da significação dada ao patrimônio cultural pelos agentes estatais. Para a análise desses movimentos, adotou-se a abordagem dos Novos Movimentos Sociais (DAGNINO, 1994; PAOLI, 1995; GOHN, 2003; SCHERER-WARREN, 1993, 2005). Esta pesquisa se inclui nesse tipo de estudo dos grupos e mobilizações sociais pelo Patrimônio Cultural em São Paulo.

1. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O Instituto Bixiga fica localizado no distrito de Bela Vista - SP, e um dos seus fins é recuperar memórias do território central de São Paulo. Seu principal projeto no tema de memória, patrimônio e identidade paulistana é o Rolê SP, que é uma atividade educativa que visa encurtar a distância entre a escola e o potencial cultural, social, natural e patrimonial da cidade, contribuindo para a complementação dos conteúdos de sala de aula, bem como para uma abordagem interdisciplinar, crítica e reflexiva de nossa realidade social, étnico-racial, econômica e cultural. O Instituto Bixiga celebra o histórico território central de São Paulo e prima por uma formação humanística e técnica de agentes de educação social, cultural e popular. Seu método, a partir das discussões, fotos e perfis dos agentes da rede, é reunir pessoas de origem social e de grupos diversificados em pautas de memórias negras, de imigrantes italianos, portugueses entre outras nacionalidades, e mais recentemente de nordestinos, que preservam nas artes e ofícios do bairro, as suas tradições e cultura.

2. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Instituto Bexiga possui três associados organizadores e os convidados para as atividades/projetos, onde os primeiros participam de órgãos de política urbana e cultura e os segundo, muitos deles, são envolvidos em organizações da sociedade civil (OSCs). A principal rede para comunicação é a do Instagram. As estratégias de mobilizações envolvem: (1) participação em fóruns comunitários; (2) Mobilizações. Uma das mobilizações propostas é o movimento “mobiliza saracura vaivai” sobre a patrimonialização e defesa do legado do Quilombo Saracura e do sítio arqueológico na linha 6 do metrô, no Bixiga. As pautas tocam em temas sobre as culturas populares, como: História Social da Infância e Juventude no Brasil; História Social da Cidade; Formação Econômica e Ditaduras no Brasil e América Latina; Mundo do Trabalho e Movimento Operário; Movimentos Populares e Lutas Sociais; História e Memória das Culturas Indígenas, Negras, Caipira, Caiçara. Culturas Populares. Os temas são discutidos em fóruns comunitários.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, R. O.; AZEVÊDO, A.. Pluralização societária e os desafios à administração

pública na América Latina. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 2, p. 329–352, maio 2011.

Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/JdSkxZMGWn8xzN6KnKdrsHs/?lang=pt#>, acesso em 03.04.2021.

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil. **Direito, Estado e Sociedade**. PUC-RJ. V. 58. N. Pp. 2021. Disponível em <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1438/631>.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In. ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura**. Políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições SESC, 2016.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo. Petrópolis, 2009.

CARVALHO, Marcela Souza. Cultura, Constituição e Direitos Culturais. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (org). **Direitos Culturais**. Salvador, BA, EDUFBA, p.35-55, 2018.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. V. 1, no. 1, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. em 02/05/20

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In. DAGNINO, Evelina. (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.12, n.35, p. 46-69, jun.- set.2019. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/44648/pdf>

FERREIRA, P. T. A. PACHECO, R. T. B.. Turismo, Movimentos Sociais e Patrimônio Cultural na cidade de São Paulo/SP. **Turismo: Visão e Ação**, v. 24, n. 2, p. 340–359, maio de 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tva/a/m7kYkTvc8YY65Kbbn3szD9f/#>

GOHN, Maria da Gloria. (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003..

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERRAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. 3ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

LOPES, João Teixeira. Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativas de democracia cultural. **Saber & Educar**. n. 14, 2009, pp. 1-13.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Preservación del patrimonio cultural y participación social: las experiencias en Iguape y Registro (San Pablo, Brasil). **Revista America Patrimonio**, São Paulo, v. 7. n. 1. Agosto de 2015. Disponível em http://www.revistaamericapatrimonio.org/numero_actual.html. Acesso em 29/07/2016

PAIVA, Marcelo Cardoso. Políticas municipais de preservação: perspectivas de participação social na proteção do patrimônio cultural. **Revista Memorare**, v. 4, n. 1, p. 93-119, jan./abr. 2017, disponível em https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupeg/article/view/5014/3119

PAOLI, Maria Célia. **Movimentos Sociais no Brasil**: em busca de um estatuto político. In. HELLMANN, Michaela. Movimentos sociais e democracia no Brasil. "Sem a gente não tem jeito". São Paulo: Marco Zero – ILDEFES LABOR, 2003. p. 24-55.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social** No 21, pp. 17-35, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf%20cultural.pdf>

REIS, Marina Gowert. **Patrimônio Cultural Brasileiro na era digital: da digitalização de acervos à preservação participativa na internet**. 2019. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas (RS). Defesa em 27/03/2019. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2019/08/MARINA-REIS-tese.pdf>. Acesso em 09/02/2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. In: **Política e Sociedade**. v. 1, n. 3, 2003. p. 71-93

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2023.

SOARES, S. S. D.; STENGEL, M. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, v. 32, p. e200066, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psusp/a/W5cDdNM99Bk9btBs6ffx45G/#>